



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181140 - SC (2021/0217505-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : TRANSPORTES DALCOQUIO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443
LUIZ JOSÉ MARTINS SERVANTES E OUTRO(S) - SP242217
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAJAÍ - SC
SUSCITADO : JUÍZO DA 52ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : CASSIANO RICARDO DE MELLO
ADVOGADO : CARLOS FERREIRA - SP099973

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por TRANSPORTES DALCÓQUIO LTDA., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAJAÍ (SC) e o JUÍZO DA 52ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO (SP).

O pedido de recuperação judicial da empresa suscitante foi formulado em 10/8/2016, tendo sido deferido pelo JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAJAÍ (SC), com a determinação de suspensão das ações e execuções movidas contra si. Posteriormente, após o seu processamento, houve a homologação do plano de recuperação judicial.

Afirma a suscitante que, a despeito do deferimento da recuperação judicial, o Juízo da 52ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0002238-29.2015.5.02.0052, ajuizada por Cassiano Ricardo de Mello, determinou o prosseguimento da execução (fls. 476-483).

Defende a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio e autorizar o pagamento de créditos inegavelmente concursais.

Postula a concessão de tutela de urgência necessária a fim de que "sejam imediatamente suspensos os efeitos da r. decisão proferida pelo MM. Juízo suscitado da 52ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP nos autos do processo nº 0002238-29.2015.5.02.0052, ajuizado por Cassiano Ricardo de Mello, e, caso já tenham ocorrido bloqueios de valores nas contas da Suscitante, que estes sejam imediatamente liberados, com a sua transferência para as contas da Suscitante ou, subsidiariamente, para conta

vinculada ao MM. Juízo suscitado da 3ª Vara Cível da Comarca de Itajaí/SC, e ainda, caso tenha ocorrido bloqueio de veículos da Suscitante através do sistema Renajud, que eles sejam igualmente liberados" (fl. 14).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/1945 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal.

Todavia, no presente caso, consta dos autos o seguinte ofício do Juízo da Recuperação judicial (fl. 826):

Em atenção à vossa correspondência eletrônica, datada de 15/06/2021, informo que o pedido de reestruturação judicial foi distribuído em 10-08-2016, sendo o plano de soerguimento homologado em 18-12-2017. Ademais, decorridos dois anos da homologação do plano de recuperação judicial, ao final de dezembro de 2019 este juízo prolatou sentença de encerramento da Recuperação Judicial, nos termos do art. 61 da Lei 11.101/2005, sobre a qual foram interpostos dois embargos de declaração, ambos julgados, e posteriormente três apelações, pendentes de julgamento.

Assim, encerrada a recuperação judicial por decisão que não transitou em julgado, este juízo permanece efetuando o controle dos atos constitutivos realizados contra o patrimônio da recuperanda e julgando os pedidos de habilitação de crédito iniciados anteriormente à decisão de encerramento.

Por outro lado, assim decidiu o juízo trabalhista suscitado (fl. 850):

Diante da manifestação do reclamante, observo que o ofício de ID ab332a8 aponta que a r. Sentença que encerrou o processo de Recuperação Judicial da reclamada ainda não transitou em julgado, sendo que o Juízo da Recuperação Judicial permanece efetuando o controle dos atos constitutivos realizados contra o patrimônio da Recuperanda e julgando os pedidos de habilitação de crédito iniciados tão somente anteriormente à referida decisão.

Nos presentes autos, verifico que sequer houve expedição de certidão de habilitação em crédito em favor do reclamante.

Logo, diante do informado pelo Juízo da Recuperação Judicial, o prosseguimento da presente execução mostra-se plenamente cabível nesta Especializada.

Por todo o exposto, determino que a reclamada efetue o pagamento da execução no prazo de 10 dias.

Inerte, retornem os autos conclusos diante do já requerido pelo reclamante.

Nada mais.

Assim, neste juízo perfunctório, verifico a ausência de demonstração do

conflito, uma vez que o juízo da recuperação judicial não manifestou sua competência para o julgamento do crédito em curso na justiça laboral, não habilitado na recuperação.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo ministro relator.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vistas ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente